O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7687079

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM PROFESSORES: INFLUÊNCIAS NA CARREIRA PROFISSIONAL DOCENTE

Juliana da Silva Moura[1]

Cláudio Pinto Nunes[2]

Lúcia Gracia Ferreira[3]

Resumo

Discussões sobre transtornos mentais e comportamentais em professores merecem atenção, pois é um tema intimamente ligado ao Desenvolvimento Profissional Docente (DPD) e, consequentemente, à carreira profissional. Assim, este artigo objetiva elencar discussões acerca do adoecimento mental/transtornos mentais e comportamentais em professores e as consequências para a carreira docente. A investigação de cunho qualitativo e exploratório foi realizada no município de Itapetinga-BA com a participação de três professores que colaboraram respondendo a um questionário e concedendo entrevistas. Foi constatado que o adoecimento mental quando evolui para um quadro de transtorno mental e comportamental interfere no labor do professor e em seu DPD. Em relação à carreira foi possível perceber aspectos referentes as continuidades e descontinuidades do DPD, havendo, muitas vezes, desinvestimento profissional.

Palavras Chave: Desenvolvimento Profissional. Professores. Saúde Mental.

Abstract

Discussions about mental and behavioral disorders in teachers deserve attention, as it is a topic closely linked to Teacher Professional Development (DPD) and, consequently, to the professional career. Thus, this article aims to list discussions about mental illness / mental and behavioral disorders in teachers and the consequences for the teaching career. The qualitative and exploratory investigation was carried out in the municipality of Itapetinga -BA with the participation of three teachers who collaborated by answering a questionnaire and granting interviews. It was found that mental illness when it evolves to a picture of mental and behavioral disorder interferes in the teacher's work and in his DPD. In relation to the career, it was possible to perceive aspects referring to the continuities and discontinuities of the DPD, with many times, professional divestment.

Keywords: Mental Health. Professional Development. Teachers.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo elencar discussões acerca do adoecimento mental/transtornos mentais e comportamentais em professores e as consequências para a carreira docente. Configura-se um recorte de uma pesquisa realizada no curso de mestrado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no Programa de Pós-Graduação em Educação.

[1] Graduada em Pedagogia e em Psicologia. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail para contato: julymourapsi@hotmail.com

[2] Doutor em Educação. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail para contato: claudionunesba@hotmail.com

[3] Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail para contato: luciagferreira@hotmail.com

Exercer a docência com suas funções e atribuições, imersos em um contexto histórico de desvalorização por parte das políticas públicas e da sociedade em geral, torna-se uma tarefa árdua e complexa. Esses profissionais da Educação, sobretudo aqueles que atuam na rede pública de ensino no Brasil, tem enfrentado condições precárias de trabalho que se intensificaram após as mudanças do cenário educacional brasileiro, a partir da década de 1990, com as reformas educacionais neoliberais adotadas pelo governo e amparadas por uma rede de empresários do setor privado, que acabaram transferindo para os professores responsabilidades que perpassam suas "competências" e formação. Nesse contexto, o professor vê seu trabalho intensificado, e passa a ter que se dedicar de forma mais ampla e quase exclusiva ao meio escolar, frente a condições de trabalho que "sugam" suas capacidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas, no intuito de atingir objetivos que o sistema educacional exige, gerando esforços que extrapolam suas condições psicofisiológicas.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (1984 *apud* GASPARINE *et al*., 2005) a profissão docente é considerada uma das mais estressantes. Muitas vezes, o contexto político-social, as exigências do ofício, as cobranças do sistema educacional e as condições precárias de trabalho, provocam a sensação de insatisfação frente ao esforço e trabalho desenvolvido diariamente, o que pode levá-los ao "mal-estar docente", que somado a outros fatores (pessoais, familiares, sociais, econômicos, culturais etc.) pode ocasionar um quadro de adoecimento mental mais grave, o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais.

Por conseguinte, além dos prejuízos de cunho pessoal (complexos e diversos), esse professor poderá sentir os efeitos desse adoecimento no desenvolvimento de seu trabalho, e em sua carreira profissional. Os transtornos mentais e comportamentais podem levar esses profissionais da Educação ao afastamento de suas atividades laborais e *quiça* ao abondono da profissão, após tantos anos de investimento e trabalho.

Desse modo, saúde mental está relacionada à capacidade que o sujeito tem de usar suas habilidades emocionais e cognitivas, de lidar com as dificuldades e desafios da vida, com suas emoções, adversidades. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001) afirma que não existe uma determinação única sobre seu conceito, geralmente o termo é usado para descrever um estado de "completo" bem-estar físico, social e mental, e não simplesmente a ausência de doenças.

No que diz respeito ao adoecimento mental, no século XIX usava-se o termo "alienação", no século XX "doença mental", porém, após CID 10 e o DSM-5, das últimas décadas, adotou-se o termo "transtorno mental" (DALGALARRONDO, 2019). Para a psicologia e a psiquiatria o termo "doença" remete-se a alguma alteração patológica localizada no cérebro. Como em muitas patologias de cunho

mental não há alterações anatômicas, fisiológicas e histológicas na região cerebral, convencionou-se a usar o termo “transtorno”.

Cabe destacar, que em nosso trabalho, optamos por usar o termo “transtorno mental e comportamental”, para nos referir aos transtornos os quais são expressos e catalogados no CID 10 (F00 à F99). Utilizamos o termo “adoecimento mental” quando nos referimos a sintomas e/ou alterações emocionais/psicológicas/comportamentais.

Alguns fatores podem afetar e colocar em risco nossa saúde mental. Os fatores predisponentes estão relacionados à carga genética, gestação, hereditariedade, constituição; as primeiras experiências de vida (entre 0-6 anos de idade) (MEYER, 1951; RAHE, 1990 *apud* DALGALARRONDO, 2019) incluindo violência ou negligência física ou emocional, abuso sexual, morte de entes queridos, dentre outros. Os fatores precipitantes ou eventos de vida são situações traumáticas ou estressantes que acontecem próximo ao desencadeamento das queixas psíquicas ou transtornos mentais (RAHE, 1990 *apud* DALGALARRONDO, 2019), dentre eles podemos mencionar as reprovações escolares, brigas, separações, morte de alguém querido, mudanças de trabalho ou vida, perda ou ganhos financeiros, traições e problemas afetivos (DALGALARRONDO, 2019). Dessa forma, todos os fatores citados irão influenciar no surgimento de quadros psicopatológicos, em qualquer idade ou fase da vida.

Os transtornos mentais e comportamentais podem ser considerados como alterações mórbidas, perturbações clínicas na cognição, na forma de sentir, perceber e no comportamento do indivíduo. Uma deterioração do funcionamento psíquico global, caracterizado por sintomas e sinais específicos, que estão frequentemente associados a um sofrimento e incapacidade significativa que prejudicam a vida pessoal, social, profissional, dentre outras (APA, 2014). Os transtornos mentais e comportamentais são listados e descritos no CID 10, no capítulo V, que vai do F00 ao F99.

Entre os sinais e sintomas que caracterizam os diversos tipos de transtornos mentais e comportamentais, podemos citar: mudanças de humor constantes; labilidade afetiva; apatia; sentimento de culpa; tristeza profunda e persistente (rebaixamento de humor); pensamentos preponderantes de cunho negativo; ideação suicida; insegurança; isolamento social; indisposição e fadiga constante; perda de prazer em atividades que antes era motivo de contentamento; desinteresse por atividades rotineiras; procrastinação; alterações no comportamento alimentar e sono; sofrimento emocional; automutilação (autoagressão); raiva, impaciência, agressividade; perda de contato com a realidade; ansiedade exacerbada; alucinações; delírios; sensação de asfixia e desmaio, taquicardia, tremores, suor frio, etc. (sintomas neurovegetativos); pensamentos obsessivos; compulsão; medo/fobias; etc. Tais sintomas podem ser indícios de algum tipo de transtorno mental e comportamental.

TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Atualmente observamos um número crescente de transtornos mentais e comportamentais associados a diversos tipos de trabalho. A Federação Nacional de Médicos (FENAM, 2017) assevera que as condições de trabalho, o ambiente, a pressão, os conflitos, a cobrança por produtividade e o excesso de demanda, podem favorecer o surgimento de transtornos mentais. A esse respeito Quirino Cordeiro, ex coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde (2017), acrescenta que:

> [...] situações de grande estresse no ambiente de trabalho com carga horária elevada, com um ambiente de trabalho que exige do trabalhador um desempenho além do que é possível, situações de assédio moral, de assédio sexual, são situações que comprovadamente estão relacionados com o aumento da prevalência de transtornos mentais (MINISTÉRIO DA SAÚDE - BLOG DA SAÚDE, 2017).

No Brasil, entre os anos de 2012 a 2016, os transtornos mentais e comportamentais foram a terceira principal causa de afastamentos no trabalho, o que corresponde a 9% da concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Dos transtornos que mais aparecem como causa de incapacidade para atividades laborais estão: Reações ao "*stress*" grave e transtornos de adaptação, episódios depressivos e outros transtornos ansiosos que causaram 79% dos afastamentos (MINISTÉRIO DA SAÚDE - BLOG DA SAÚDE, 2017).

Dentre as categorias de trabalhadores que mais sofrem com o adoecimento mental, estão os professores. De acordo com o Sindicato de Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-SINDICATO, 2018) a ocorrência de transtornos mentais e comportamentais em profissionais da Educação é cada vez maior, sendo que as queixas mais comuns entre eles, são alterações do sono, ansiedade e depressão. O órgão acrescenta ainda que esse tipo de adoecimento tenha relação com as condições estruturais das escolas, o acúmulo de trabalho, o aumento da carga horária, perseguições políticas, assédio, violência, desvalorização salarial e da carreira, que acaba gerando sentimentos de angústia e desesperança nesses professores, que sofrem e adoecem como consequência.

Num estudo realizado com 1.021 professores da rede estadual do Paraná no ano de 2015, foi possível constatar que 75% desses profissionais apresentaram Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), comparando-se a outros problemas de saúde, o adoecimento mental foi o mais citado entre eles. A ocorrência de sintomas depressivos com os docentes estudados esteve entorno de 44%, e a ansiedade chegou até 70%, sendo a prevalência de sofrimento mental maior entre as mulheres. Dos professores que foram afastados do trabalho em decorrência de algum tipo de adoecimento 26% relataram-no por sofrimento mental, sendo que 32% deles faziam uso de medicamentos, especificamente drogas

psicotrópicas. No referido estudo, Tostes *et al*. (2018) puderam observar a associação entre a precarização das condições de trabalho e o sofrimento mental (depressão, ansiedade e Distúrbios Psiquiátricos Menores).

Com o neoliberalismo e as mudanças ocorridas no cenário da Educação brasileira, através das reformas educacionais que, tiveram destaque a partir da década de 1990, vimos a docência tomar outras roupagens. Houve uma intensificação da precarização do trabalho docente. Suas atribuições, atividades e responsabilidades romperam os limites da docência, deixando de ser valorizada e encarada como uma profissão relevante.

Com o passar dos anos, imersos em um contexto neoliberal, o professor passou a ver seu trabalho subjugado, a mercê daqueles que detém o capital e orquestram juntamente com o governo suas demandas. A sobrecarga de trabalho, a desvalorização profissional; o excesso de cobranças; as atividades que ultrapassam a sala de aula e sua profissão; a falta de tempo para lazer e cuidado com sua saúde; levam os professores a um desgaste mental e físico, que somadas a outros fatores, propiciaram a esses profissionais, maior vulnerabilidade ao adoecimento mental.

A pesquisa de Porto *et al*. (2006) investigou a associação entre aspectos psicossociais do trabalho e prevalência de distúrbios psíquicos em professores da Educação infantil, do ensino fundamental, que atuavam na cidade de Vitória da Conquista-BA, no ano de 2001, os dados revelaram a prevalência de 44% distúrbios psíquicos, ligados as altas exigências do trabalho. Tostes *et al*. (2018) estudaram docentes da rede estadual do Paraná, e constataram que a prevalência de distúrbios psíquicos é muito elevada e está associada a exploração do trabalho docente.

Os estudos de Porto *et al*. (2006) e Tostes *et al*. (2018) evidenciam a relação entre aspectos psicossociais e a exploração do trabalho docente com adoecimento e sofrimento mental, e a prevalência de distúrbios psíquicos em professores da Educação Básica.

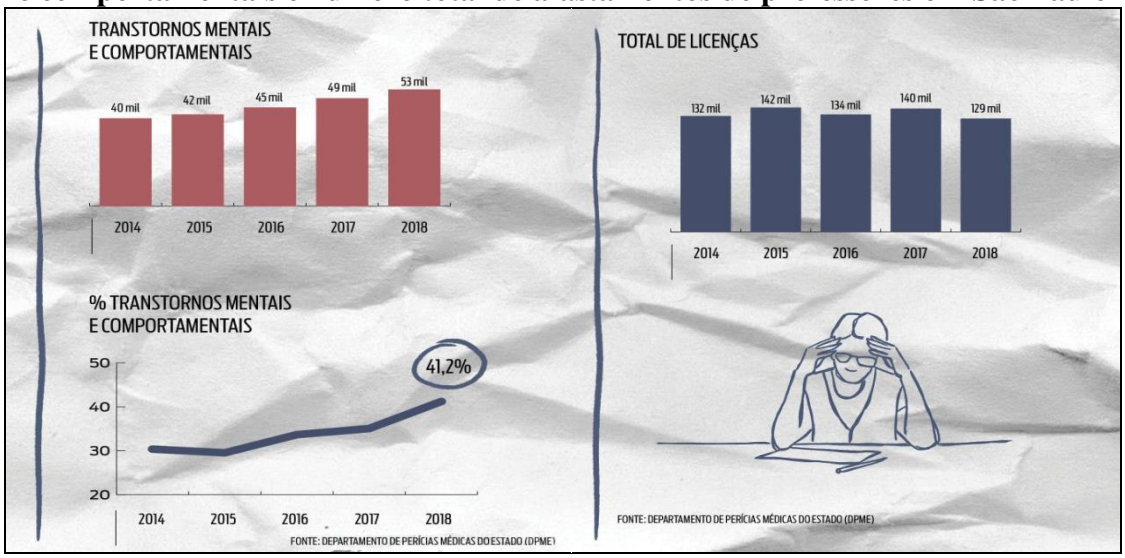
Araújo e Carvalho (2009) também realizaram uma pesquisa no estado da Bahia entre 1996 e 2007, baseada em estudos epidemiológicos, que indicaram uma elevada prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) entre os docentes, atingindo, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos entrevistados, dados que corroboram com discussões elencadas ao decorrer do texto. Acerca do trabalho docente e o adoecimento mental, Araújo e Carvalho (2009) afirmam que o:

> [...] trabalho repetitivo, insatisfação no desempenho das atividades, desgaste nas relações professor- aluno, ambiente intranquilo, falta de autonomia no planejamento das atividades, ritmo acelerado de trabalho, desempenho das atividades sem materiais e equipamentos adequados e salas inadequadas associaram-se, positivamente, a níveis estatisticamente significantes, aos transtornos mentais identificados nos estudos realizados. Aspectos psicossociais também foram relevantes à saúde mental dos docentes. Trabalho realizado em situação de alta exigência

> (envolvendo altas demandas psicológicas e baixo nível de controle) estava associado à maior prevalência de TMC (ARAÚJO; CARVALHO, 2009, p. 440).

Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão de São Paulo, no ano de 2015, houve 25,7 mil afastamentos de docentes por adoecimento mental, número este que dobrou no ano de 2016, chegando a 50,4 mil (CNTE, 2017). No ano de 2018, foram emitidas 53.162 licenças em decorrência de Transtornos Mentais e Comportamentais, o que equivale a mais de 40% do total de afastamentos no estado. De acordo com Giammei e Pollo (2019), as queixas principais que estão levando esses profissionais ao adoecimento mental foram: acúmulo de cargos, cansaço, ambiente estressante, desvalorização profissional, desrespeito com o professor por parte dos alunos, indisciplina e violência no contexto escolar (GIAMMEI; POLLO, 2019).

Figura 1 - Licenças decorrentes de transtornos mentais e e comportamentais e número total de afastamentos de professores em São Paulo

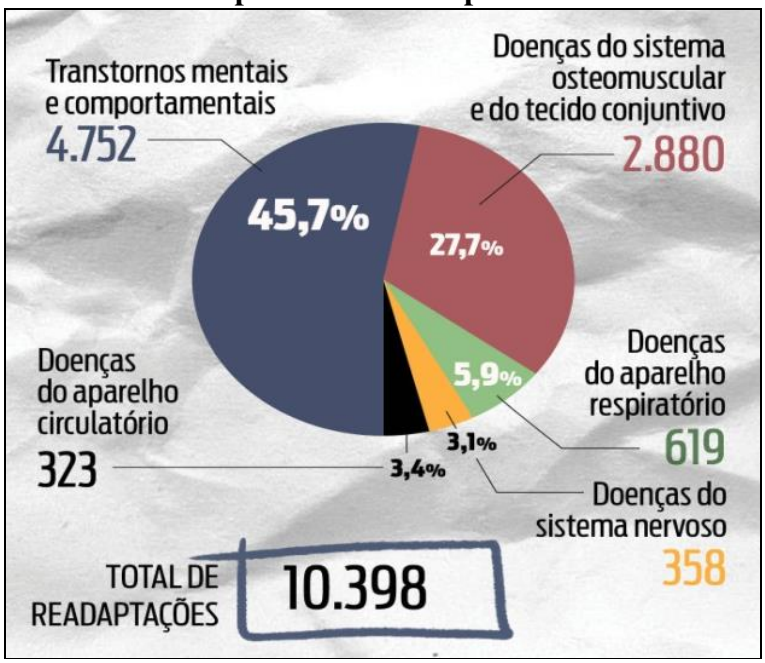


Fonte: GIAMMEI; POLLO (2019).

Na Figura 1 observamos um aumento de casos de transtornos mentais e comportamentais em professores em São Paulo, entre os anos de 2014 (40.000) à 2018 (53.000), chegando a mais de 30%, sendo que 41,2% dos professores apresentaram transtorno mental e comportamental. O total de licenças variou entre 129.000 (2014) e 142.000 (2015).

Conforme figura 2, a respeito da readaptação funcional, 10.398 docentes deixaram a sala de aula para executar outras funções. Os transtornos mentais e comportamentais foram a principal causa dos desvios de função (45,7%), seguidos de doenças do sistema osteomusculares e do tecido conjuntivo (27,7%) e doenças do aparelho respiratório (5,9%).

Figura 2 – Readaptação de professores em São Paulo após afastamento por adoecimento



Fonte: GIAMMEI, POLLO (2019).

Segundo uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com 762 profissionais da Educação da rede pública de ensino, em vários estados do país, revelou que 71% dos profissionais/participantes (entrevistados em 2017), estiveram afastados da docência por motivo de adoecimento mental. Os problemas mais citados foram: ansiedade (531 casos), de cansaço ou fadiga (491), e problemas na voz (480). O estresse teve a ocorrência de 65,7%, seguido por depressão (53,7%), alergia a pó (47,2%) e insônia (41,5%) (CNTE, 2017).

De acordo com Vieira (CNTE, 2017): "[...] Hoje há uma prevalência das doenças e sintomas de saúde mental e psicológica em relação a problemas físicos. Temos mais casos de estresse e depressão do que de problemas de DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), por exemplo". A pesquisadora destaca ainda que os transtornos mentais e comportamentais têm aumentado consideravelmente, sendo algumas das principais causas a deterioração das condições de trabalho e a maior agressividade por parte dos alunos, a violência no contexto escolar (CNTE, 2017).

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória realizada no município de Itapetinga -BA. A respeito da pesquisa qualitativa, Gerhardt e Silveira (2009) esclarecem que a mesma não possui como foco a representatividade numérica, se detém a estudar o universo dos valores, significados,

representações, ações e causas, buscando responder questões particulares ou de grupo, e produzir informações aprofundadas sobre determinados fatos ou objeto de estudo, sendo muito utilizada nas ciências sociais.

Esta pesquisa (UESB/PPGED) partiu de outro estudo/pesquisa de maior abrangência, desenvolvida desde 2017, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), intitulada: "Desenvolvimento profissional e a carreira docente brasileira: diálogos com professores da Educação Básica", a partir da qual pudemos selecionar os participantes da pesquisa.

Participantes

Selecionamos, a partir dos questionários da pesquisa de maior abrangência, uma amostra de 58 professores que foram acometidos pelo adoecimento mental/transtornos mentais e comportamentais, um total de 03 professores, sendo um de cada ente federativo (rede municipal, estadual e federal), os quais nos deteremos neste momento. Para melhor compreensão durante a discussão de resultados e análise de dados usamos nomes fictícios (pedras preciosas) para identificar esses 03 docentes: a professora da rede municipal colocamos o nome Jade, a estadual Safira e o professor do IF Baiano Âmbar.

Nessa oportunidade apresentamos dados específicos referentes ao acometimento de transtornos mentais e comportamentais dos 03 professores e as implicações que esse tipo de adoecimento pode acarretar para a carreira docente. Discutimos ainda a questão da comorbidades, o afastamento das atividades laborais, o grau de satisfação com a docência e o salário, a expectativa em relação à continuidade ou interrupção da carreira profissional docente e estudos (formação continuada).

Instrumento

Fizemos uso dos dados produzidos a partir da pesquisa citada, por meio de um questionário aplicado aos docentes no município de Itapetinga-BA, no ano de 2018. Este questionário nos possibilitou traçar o perfil sociodemográfico dos professores acometidos pelo adoecimento mental, e identificar os professores/participantes da pesquisa, que apresentaram algum tipo de transtorno mental e comportamental. Posterior a seleção dos colaboradores, utilizamos outros instrumentos para produção dos dados, como outro questionário com perguntas mais específicas e as Conversas Interativo-Provocativas (CIP).

Procedimentos de coleta de dados e cuidados éticos

Para realização de nosso estudo, observamos 425 questionários aplicados durante a pesquisa de maior abrangência, que foram respondidos (espontaneamente) por docentes das escolas privadas, SESI e da rede pública de ensino, no ano de 2018, no município citado. Dentre esses questionários optamos por excluir aqueles que foram respondidos por docentes das escolas privadas e SESI, pois não se tratavam do foco de nossa pesquisa (rede pública de ensino); e aqueles que trabalhavam no setor público nos distritos (Palmares e Bandeira do Colônia) e da zona rural, devido à dificuldade de acesso caso estes fossem escolhidos e aceitassem serem os professores/participantes da pesquisa, restando então 231 questionários (158 da rede municipal, 64 da rede estadual e 09 IF-Baiano), a serem analisados.

Dentre 231 questionários, identificamos que 58 (25,10%) desses professores haviam mencionado terem sido acometidos por algum tipo de adoecimento mental/transtornos mentais e comportamentais durante a carreira profissional docente, seguidos ou não de afastamento de suas atividades laborais, sendo os mesmos escolhidos para estudo. De posse desses questionários (58), selecionamos 03 professores, um de cada instância federativa (municipal, estadual e federal), que sinalizaram adoecimento mental/transtorno mental e comportamental (CID F00 à F99), que haviam se afastado de suas atividades laborais por um período maior de tempo, em decorrência desse tipo de adoecimento por meio de atestados, relatórios/laudos de profissionais da área médica ou da psicologia.

Os encontros para realização das CIPs foram agendados pelos professores/participantes da pesquisa, em lugares de sua própria escolha, preservando seu conforto, comodidade e segurança. A CPI é um recurso técnico que pode ser utilizado em pesquisas para produção de dados, e tem por finalidade facilitar a interação dos sujeitos/participantes da pesquisa. A aplicação do segundo questionário e a CIP aconteceram com total ciência e permissão dos professores/participantes da pesquisa. Para tanto, os mesmos assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Este questionário e a CIP, buscaram obter dados mais detalhados a respeito do trabalho docente e adoecimento mental; tipo de transtorno mental e comportamental; fatores e demandas que contribuíram para o adoecimento; sinais e sintomas de adoecimentos mental; tratamento médico e psicológico; e as possíveis implicações para a carreira profissional docente.

Este estudo compõe uma pesquisa de maior abrangência que foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa e aprovada com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) cujo número do documento é 72103517.4.0000.0056. A mesma também possui autorização da Secretaria Municipal de Educação para sua realização. Salientamos que todo o processo de pesquisa seguiu critérios éticos e

garantiu total sigilo e bem-estar desses professores/sujeitos que contribuíram para nosso estudo e discussão da temática.

Procedimentos de análise de dados

Utilizamos como técnica de análise de dados, a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Nessa técnica o pesquisador/analista busca entender o que está por detrás dos discursos/falas dos sujeitos ou grupos, os significados, as mensagens não ditas. Na pré-análise, foi realizada a exploração do material e organização dos dados. Posteriormente fizemos a codificação e classificação dos dados. Na terceira fase, aconteceu o tratamento dos resultados (inferências e interpretações), que se baseia nos resultados/dados das pesquisas, nas induções e análise de todo material produzido.

Mediante os dados, foi possível delimitar um *corpus* que gerou uma discussão em torno dos transtornos mentais e comportamentais em professores e as implicações para a carreira profissional docente. Assim, os dados da pesquisa foram produzidos através dos instrumentos já citados e houve, para análise, o cruzamento dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante informações coletadas durante a pesquisa, referentes aos 03 docentes estudados, os quais foram cometidos por um adoecimento mental mais grave em algum período da carreira docente, seguidos de afastamentos de suas atividades laborais através de atestados/laudos/relatórios médicos e/ou de profissionais de saúde, foi possível observar quais foram os transtornos mentais e comportamentais que acometeram esses profissionais, o tempo de afastamento, as comorbidades, o grau de satisfação com a docência e o salário e a expectativa em relação à continuidade ou interrupção da carreira profissional docente e estudos.

Ao investigarmos os tipos de transtornos mentais e comportamentais os quais haviam sido acometidos, encontramos a referência dos seguintes termos: “síndrome do pânico; depressão; depressão e ansiedade; estresse; ansiedade; transtorno psíquico”. Como a nomenclatura referida por esses docentes não está idêntica ao que está explícito no CID 10, tentamos classificar os termos usados por eles da seguinte forma: aqueles que mencionaram a palavra “depressão”, que pode estar relacionada a vários tipos de transtornos tais como: episódio depressivo, transtorno afetivo bipolar, transtorno depressivo recorrente, etc., optamos por classificá-los então como Transtornos do Humor [afetivos] (CID 10 F30-39), que acaba englobando diversos tipos de depressão; “síndrome do pânico” é descrita corretamente

como Transtorno de pânico [ansiedade paroxística episódica] (CID 10 F41.0); "depressão e ansiedade" (juntamente) foi entendido como Transtorno misto ansioso e depressivo (CID 10 F41.2).

É interessante destacar que os termos ansiedade e estresse como sintomas, ou estado de ânimo momentâneo, contudo, também podem ser usados para se referir a "Outros transtornos ansiosos (F41) e Reações ao "*stress*" grave ou transtornos de adaptação (F43)", transtornos mentais e comportamentais catalogados no CID 10. O termo "Transtorno psíquico", geralmente é usado pela população para se referir a qualquer problema, distúrbio, transtorno ou sofrimento referente ao estado emocional, psicológico, mental e comportamental de um sujeito. Então, não conseguimos enquadrar essa citação como algum tipo de transtorno mental e comportamental.

Considerando as informações fornecidas por estes 03 docentes através dos questionários e CIPs, construímos o quadro 1 para melhor visualização, destacando os termos citados por estes e os possíveis transtornos mentais e comportamentais os quais foram acometidos.

Quadro 1 - Transtornos mentais e comportamentais apresentados pelos docentes estudados

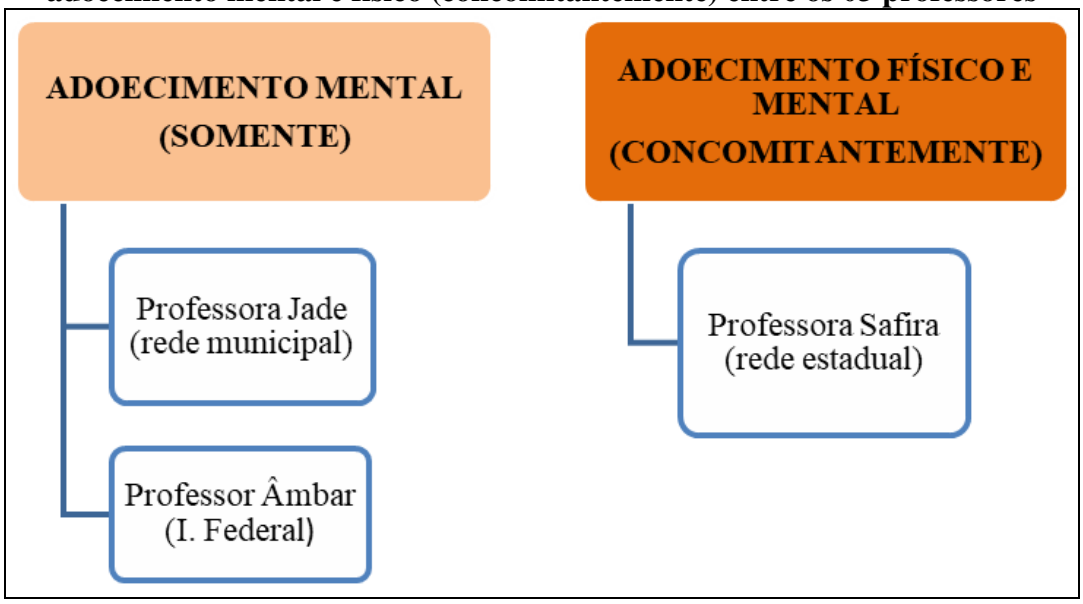
Professores / Participantes da Pesquisa	Termos / Nomenclatura utilizados pelos Professores / Participantes	Possíveis Transtornos Mentais e Comportamentais Apresentados pelos Professores/Participantes
Professora Jade	"Depressão e ansiedade"	Transtorno misto ansioso e depressivo
Professora Safira	"estresse"; "depressão"; "Síndrome do pânico"; "ansiedade"	Reações ao "stress" grave ou transtornos de adaptação; Transtornos do humor [afetivos]; Transtorno de pânico; Outros transtornos ansiosos
Professor Âmbar	"Depressão"; "Transtorno psíquico"	Transtornos do humor [afetivos]

Fonte: Elaboração própria.

Outro dado obtido em nossa pesquisa e que julgamos ser pertinente sua exposição é a ocorrência e referimento do adoecimento mental (somente) e do adoecimento mental e físico (concomitantemente/comorbidade). Com relação aos 03 professores, quando questionados se haviam sido acometidos por algum tipo de adoecimento ao longo da carreira docente, a professora Jade (rede municipal) e o professor Âmbar (IF-Baiano) responderam que foram acometidos somente pelo adoecimento mental. Apenas a professora Safira (rede estadual) aludiu ter sofrido os dois tipos de adoecimento, apresentando um quadro de comorbidade: "cansaço extremo, estresse, depressão, síndrome do pânico, ansiedade, insônia, problemas na voz".

A Figura 3 expõe a situação dos 03 professores em relação a comorbidade, a ocorrência do adoecimento mental (somente), e adoecimento mental e físico (concomitantemente).

Figura 3 – Adoecimento mental (somente) e adoecimento mental e físico (concomitantemente) entre os 03 professores



Fonte: Elaboração própria.

Defendemos a ideia de que quando discorremos acerca de saúde e adoecimento não há como separar o sujeito em compartimentos isolados, como se o físico não influenciasse no mental e vice-versa. Entendemos que o ser humano é um ser bio-psico-socio-espiritual, sendo assim, aspectos relacionados ao corpo físico (questões hormonais, hereditárias, genética, cerebrais, etc.), ao estado emocional e psicológico, eventos externos (experiências, situações, traumas, etc.), a cultura, espiritualidade, relações familiares, interpessoais, afetivas, sociais e laborais estão entrelaçadas, e exercem influência entre si, e ligação e correlação entre esses aspectos podem propiciar o aparecimento de doenças de cunho físico e mental, ou as duas juntas (DALGALARRONDO, 2019).

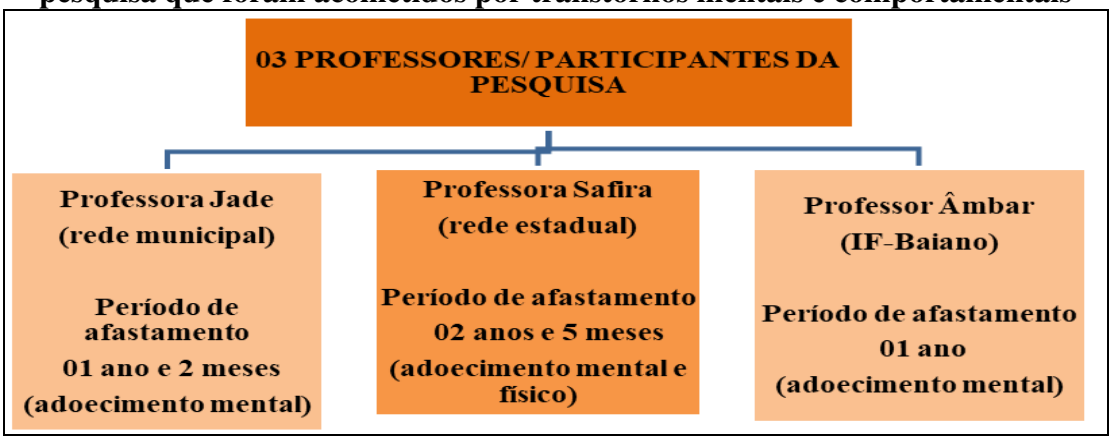
Há de se pensar ainda que doenças de cunho físico, principalmente as doenças crônicas, podem ocasionar alterações/desequilíbrio emocional e, por conseguinte, provocar um adoecimento mental. Da mesma forma pode ocorrer com o adoecimento mental, sintomas psíquicos podem se converter em dores e desconfortos físicos, que chamamos de somatização, e a depender da evolução do quadro gerar um adoecimento também de cunho físico.

Tomando como base as reflexões realizadas a respeito da relação entre os adoecimentos físico e mental, pensamos que é possível que aqueles professores que afirmaram terem sido acometidos apenas pelo adoecimento mental, talvez futuramente, se não acompanhados ou tratados adequadamente por profissionais da saúde, possam agravar seu quadro, vindo a desenvolver transtornos mentais e comportamentais, ou ainda “somar” a um quadro de adoecimento mental algum tipo de adoecimento físico.

Outro dado encontrado em nossa pesquisa que é importante mencionar é a questão do afastamento (temporário ou definitivo) dos professores que foram acometidos por transtornos mentais e comportamentais.

Segue abaixo a figura 4 ilustrando a questão do afastamento e continuidade de suas atividades laborais durante o período de adoecimento mental entre os 03 docentes estudados.

Figura 4 - Afastamento dos 03 professores / participantes da pesquisa que foram acometidos por transtornos mentais e comportamentais



Fonte: Elaboração própria.

Os 03 professores da pesquisa, acometidos por transtornos mentais e comportamentais, estiveram afastados da docência temporariamente, variando entre 01 ano, e 2 anos e 05 meses. O professor Âmbar esteve afastado por 01 ano, a professora Jade esteve afastada de suas atividades laborais por 01 ano e 02 meses, e a professora Safira, foi a docente que se afastou pelo maior período de tempo. Esta última, como já mencionado anteriormente, segundo informações fornecidas pela mesma, foi acometida pelo adoecimento mental e físico (concomitantemente), e após esse afastamento, houve inclusive a necessidade de readaptação funcional. A mesma ainda informou que após o afastamento (02 anos e 05 meses) e a readaptação funcional por motivo de adoecimento físico ("problemas nas cordas vocais"), teve outros afastamentos (periódicos) de 01, 03 e 06 meses.

Segundo Brito *et al*. (2017), as novas atribuições, funções, responsabilidades, e a longa jornada de trabalho podem trazer consequências para a saúde dos docentes, agravando quadros de adoecimento físico e mental. Os autores ressaltam que "geralmente os docentes costumam apresentar quadros de depressão, ansiedade, estresse, nervosismo, além de sintomas físicos como dores e cansaço. Esses sintomas surgem em decorrência de vários fatores, e em alguns casos, é necessário o afastamento dos professores da sala de aula (BRITO *et al*., 2017, p. 173).

O professor Âmbar acredita que o processo de adoecimento mental é complexo, e o afastamento do trabalho vai depender de vários fatores, se o diagnóstico for realizado precocemente seria possível

realizar o tratamento e continuar com as atividades laborais. Porém, a depender de como o professor/sujeito descobriu a doença e seu estado de saúde, o mesmo precisaria entrar com um pedido de licença médica, que apesar de ser necessário, muitas vezes, é difícil de lidar.

Reconhecer um processo de adoecimento mental, perceber que precisa de ajuda profissional, iniciar um tratamento desse cunho não é nada fácil. Os sintomas que fazem parte de um quadro de transtorno mental e comportamental são marcantes, considerados desesperador por quem passa por esse tipo de adoecimento. Algumas vezes, a depender de quando foi diagnosticado, do estado de saúde mental e geral do paciente, do apoio dos familiares, amigos e colegas de trabalho, da adesão ao tratamento, o sujeito/professor não precise se afastar de suas atividades laborais por dias, meses ou anos. Ele precisará se ausentar em alguns dias pontuais ou horários para que possa ir as consultas médicas e realizar o acompanhamento psicológico.

Todavia, a depender da gravidade do quadro, não é indicado ou adequado que esse professor/sujeito continue a exercer suas atividades laborais, pois poderá prejudicar a evolução do tratamento, intensificar os sintomas já existentes, ocasionar mais de um tipo de transtorno mental, ou contribuir para o adoecimento físico (concomitantemente/comorbidades), e ainda, acarretar uma série de prejuízos no ambiente escolar. O professor Âmbar discorre acerca das possíveis sequelas que o adoecimento mental, sem tratamento e acompanhamento adequado, pode acarretar dentro da instituição escolar, segundo ele:

> [...] a pessoa que está adoecida pode piorar a situação dela. Pode vir a acontecer incidentes por conta do transtorno no ambiente de trabalho. A pessoa reage de forma inadequada e ocorrer outros problemas, como processos administrativos a depender do que a pessoa (professor) venha cometer no trabalho... Além de agravar o estado de saúde, pode até correr o risco de perder o emprego (Professor Âmbar).

O referido professor acrescenta ainda: "[...] é claro que afeta na relação de trabalho, e pode afetar sim a carreira" (Professor Âmbar). Frente a essas prerrogativas, observamos que este docente acredita que o adoecimento mental/transtornos mentais e comportamentais podem afetar o trabalho docente e a carreira profissional.

Há quadro de transtornos mentais e comportamentais capazes de causar procrastinação; a tristeza é tamanha que o simples fato de levantar, fazer a higiene pessoal, se alimentar ou falar se torna algo muito difícil, imagina ter que enfrentar uma sala, ou várias salas de aula, com dezenas e centenas de alunos, ou colegas e gestores que não tem empatia, esclarecimento e não compreendem o processo de adoecimento mental, e acabam julgam o outro, fora a sobrecarga de trabalho, todas essas demandas podem sugar ainda mais as energias e disposição desse professor. Algumas vezes os sintomas principais são medo/fobias, ansiedade exacerbada, insônia, o que pode deixar esse professor/sujeito mais irritado e

impaciente, quiçá mais agressivo. Para ratificar as sequelas e dificuldades frente ao adoecimento mental/transtornos mentais e comportamentais, trazemos o seguinte relato:

> [...] o transtorno de depressão em consequência da profissão, te deixa desencantada, ela te deixa sem coragem para nada. Você pega um livro para ler parece ser o maior trabalho do mundo, você não tem coragem, não tem vontade de nada. Simplesmente a vontade de ficar quieto, dormir e pronto, não fazer mais nada, é prostração mesmo (Professora Jade).

Nesses casos, após avaliação profissional, muitas vezes, é indicado um afastamento temporário das atividades laborais, com o objetivo de que esse professor/sujeito tenha tempo para fazer o acompanhamento médico e psicológico, realizar exames, dar início ao tratamento medicamentoso que pode desencadear uma gama de efeitos colaterais, mudar alimentação, tentar começar a realizar alguma atividade física, estar mais perto da família e amigos que acabam sendo um suporte e apoio fundamentais para processo de cura ou remissão dos sintomas.

Existem casos de extrema gravidade, geralmente quando esse professor/sujeito já vive em sofrimento psíquico há anos, sem perceber ou ter atendimento especializado, ou quando tem fatores genéticos e hereditários presentes, ou passa por eventos traumáticos, sem suporte e apoio de outrem. Isso tudo, somado a um ambiente de trabalho estressante onde há uma sobrecarga mental e física, pode levá-lo a um transtorno mental e comportamental capaz de comprometer sua sanidade mental, seu senso de orientação temporal e espacial, sua capacidade de observar, interagir, memorizar, entender, se comunicar, afetando também suas funções cognitivas. Se assim for, todo trabalho, estudo, dedicação, sonhos e a carreira profissional desses professores/sujeitos estarão comprometidos. Essa possibilidade e preocupação são expressas pelo professor Âmbar:

> Eu acho que existe a possibilidade, a depender do diagnóstico que a pessoa (docente) tiver, a doença dela pode ser reversível ou não. Ela pode apresentar um quadro que não vai voltar mais a ser o que era antes, então pode ou não a incapacitar de continuar no trabalho da mesma forma que ela exercia... Porque no caso se a pessoa desenvolver um transtorno mental, se de repente ela tiver um gatilho, desenvolver uma esquizofrenia então fica complicado para continuar exercendo a função dela (a docência), nessa situação (Professor Âmbar).

Baseando-se nos estudos de Ferreira (2020), que discute as (des)continuidades no DPD, o fato de adoecer exercendo a docência - com todos os fatores, demandas, sinais e sintomas, provocam mudanças na vida desse professor/sujeito, que vão além dos aspectos pessoais, se estendem a vida laboral – interfere em seu DPD e carreira profissional docente. O processo de adoecimento mental em professores que leva a uma interrupção temporária ou talvez definitiva de suas atividades laborais pode ser considerado como uma (des)continuidade, pois interrompe a continuidade do DPD ou a reduz (FERREIRA, 2020). Outros estudos (SANTOS; FERREIRA, 2016; FERREIRA, 2017; 2020; 2021;

FERREIRA; ANUNCIATO, 2020; SANTOS; FERREIRA; FERRAZ, 2020; XAVIER; FERREIRA, 2020; 2021; OLIVEIRA; FERREIRA, 2020; CRUZ; BARRETO; FERREIRA, 2020; FERREIRA *et al*., 2021; VAILLANT, 2019; 2021) também vem mostrando aspectos outros do DPD além das descontinuidades, além de estudos que se referem a docência que nos ajudam a pensar o DPD (MARQUES, 2021; GUEDES; RANGEL, 2021; VARGAS; LORENZI JUNIOR, 2023).

Ainda, Eugênio *et al*. (2017) em seus estudos perceberam que os docentes sofrem preconceitos por parte dos colegas e familiares quando precisam se afastar de suas atividades laborais por motivo de adoecimento. Alguns professores/sujeitos podem se portar de forma relutante frente a possibilidade de estarem vivenciando este tipo de adoecimento e até mesmo, em processo de negação de um diagnóstico já realizado por algum profissional de saúde, optando então pela omissão desse dado.

Outro fato observado na prática clínica, é que alguns professores estão adoecidos mentalmente, e não se deram conta disso, ou que não foi realizado diagnóstico adequado. A questão do preconceito, da dificuldade em notar que estava em um processo de adoecimento mental e a resistência em buscar ajuda profissional é perceptível na fala do professor Âmbar:

> Eu quando adoeci não vinha percebendo que estava adoecendo, até que eu fiquei em um estado muito grave e que de início eu também não queria me afastar, então levou um tempo para o profissional me atender, para que os familiares me convencessem que a melhor opção seria eu me afastar do trabalho para realizar o tratamento (Professor Âmbar).

Sinais e sintomas de adoecimento mental ainda são confundidos com “um jeito de ser”, “uma fase”, “formas de chamar a atenção”, ou considerados apenas como queixas de cunho físico. A falta de informações e esclarecimentos acerca da saúde mental, a negação de que somos sujeitos repletos de sentimentos, emoções, detentores de uma história de vida, cargas hereditárias e genéticas, interferem na identificação dos sintomas, no diagnóstico e tratamento.

Buscando entender a relação entre o adoecimento mental, o trabalho docente e a carreira profissional, consideramos pertinente observarmos o grau de satisfação com o salário e com a docência, assim como, a expectativa desses professores com relação a continuidade ou abandono da carreira docente e dos estudos (pós-graduação e outros). Na página seguinte trazemos o quadro 2 que sinaliza o grau de satisfação com o salário e a docência dos 03 docentes no que diz respeito ao salário e a docência.

Cabe destacar a diferença de opinião entre os 03 professores/participantes da pesquisa, a professora Jade é a profissional que mais expressou sua insatisfação, tanto em relação ao salário quanto à docência:

> [...] você tem que correr atrás, ou seja, 60 horas não é ambição, é necessidade. Hoje eu estou vendo que tenho que dobrar também no município porque eu tenho minhas necessidades, minhas obrigações... eu tive que pedir clemência, pedir desdobramento para me ajudar porque o salário não está dando... professor não tem condição de diminuir carga horária para descansar, é preciso aumentar para se manter decentemente (Professora Jade).

A professora Safira descreveu que não estava nem satisfeita nem insatisfeita com seu salário, em relação à docência sentia-se satisfeita. O professor Âmbar afirma estar muito satisfeito com o salário, porém não estava satisfeito com a docência.

Tabela 2 - Grau de satisfação apontado pelos 03 professores / participantes da pesquisa em relação ao salário e à docência

Redes de Ensino	Grau de Satisfação com o Salário	Grau de Satisfação com a Docência
Professora Jade (rede municipal)	Insatisfeita	Insatisfeita
Professora Safira (rede estadual)	Nem satisfeita nem insatisfeita	Satisfeita
Professor Âmbar (IF-Baiano)	Muito satisfeito	Insatisfeito

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a questões salariais dessa classe de trabalhadores, Castro *et al*. (2014) asseveram que o fato dos professores receberem um baixo salário pode aumentar os sentimentos de desmotivação e descrença, fazendo com que esses profissionais se sintam desvalorizados e tenham medo de não conseguirem se sustentar, principalmente depois da aposentadoria. Os autores afirmaram que a baixa remuneração impede que esses trabalhadores da Educação tenham acesso ao lazer, e a atividades que favoreçam para uma boa qualidade de vida.

Entendemos que o baixo salário, a falta de recursos financeiros interfere significativamente no diagnóstico e tratamento de saúde dos docentes, tanto no que diz respeito à prevenção do surgimento do adoecimento mental/transtornos mentais e comportamentais quanto ao tratamento propriamente dito, dificultando o acesso a consultas com psiquiatras, ao acompanhamento psicológico, aos medicamentos, atividade física, dentre outros. Desse modo, podemos notar que as dificuldades resultantes da desvalorização salarial são ao mesmo tempo um fator que propicia o surgimento do adoecimento, como também impossibilita que os docentes acessem os meios necessários para saná-lo.

A professora Jade discorreu acerca do acesso e dificuldades em relação a disponibilidade de serviços de saúde especializado. Afirmou que para tratar o transtorno mental e comportamental que apresentou buscou ajuda de um psiquiatra, contudo não fez o acompanhamento com psicólogo porque o plano de saúde o qual pagava não cobria esse atendimento. Além disso, a referida docente explicou ainda que precisou se deslocar para outra cidade, para se consultar com o psiquiatra, pois na cidade na

qual reside, no momento de seu adoecimento, não tinha este profissional a disposição. Esta professora relata que:

> [...] então é todo um processo que é dispendioso, tanto na questão da medicação, quanto na questão de você procurar um profissional que atenda pelo Planserv [plano de saúde]. Aqui em (nome da cidade) não tem, em Conquista na época não encontrei, encontrei em Itabuna. Quer dizer, é viagem, é tudo. Você não tem respaldo legal nenhum, nem para evitar, nem para acompanhar quando você está nessa situação (Professora Jade).

Quando se trata de adoecimento mental percebemos a dificuldade dos docentes no que diz respeito ao acesso a esses profissionais e serviços de saúde que cuidem da saúde mental desses trabalhadores/sujeitos, principalmente se residirem em cidades no interior onde há uma escassez de profissionais. Como mencionado pela professora 1, nem sempre há médicos especializados que atendam no município, então precisam se deslocar para cidades maiores, o que gera um gasto com transporte e alimentação, além do valor da consulta, caso o plano de saúde não disponibilize esse atendimento, e do custo dos medicamentos, que a depender quais sejam, não é ofertado pelo Serviço Único de saúde - SUS.

Outro fator preocupante é a indisponibilidade ou a dificuldade que esses docentes enfrentam para conseguirem passar pelo acompanhamento psicológico. Alguns planos de saúde não disponibilizam serviços de psicologia, não cobrem esse tipo de acompanhamento, e por vezes, quando é disponibilizado há um número estipulado ou limitado de sessões.

Há de se considerar ainda aqueles professores que não têm condições de arcar com um plano de saúde e dependem do SUS para se consultarem, seja com psiquiatra ou psicólogo. Nesse caso, quando esses profissionais procuram ajuda, nem sempre são atendidos por psiquiatras ou médicos especialistas em saúde mental, muitas vezes são atendidos por cardiologistas, ginecologistas, médicos generalistas ou clínico geral etc., o que não é considerado adequado, todavia é o que têm à disposição. Em relação ao atendimento e acompanhamento psicológico, isso se torna mais difícil, devido a pouca quantidade de psicólogos (efetivos ou contratados) que são disponibilizados pelos municípios e as enormes filas existentes.

Apesar de observamos alguns avanços de alguns anos para cá no que diz respeito a inserção do psicólogo nos serviços de assistência social, Saúde e Educação, ainda há uma defasagem entre a quantidade de profissionais de psicologia que atendem pelo SUS ou que realizam trabalhos em outros seguimentos pelo setor público, e a quantidade de sujeitos que buscam e precisam de atendimento psicológico, ou seja, a demanda é maior do que a oferta de serviços. Sendo assim, é notória a escassez de serviços disponibilizados e relacionados à saúde mental da população de forma geral, em especial dos

docentes. Existe uma burocracia, e gastos com atendimento médico, psicológico e medicamentos, que não favorecem a busca pelo tratamento adequado e prejudicam assim toda a saúde desses sujeitos.

Essa insatisfação é percebida na fala da professora Jade: "[...] além de tudo, dessa questão da sobrecarga, é o descaso com o profissional, porque você não é valorizado em nenhuma instância [...]". A professora Safira descreveu estar satisfeita com a docência. O professor Âmbar relatou que apesar de ter escolhido a docência como profissão, de gostar do que faz, expõe sua insatisfação com a docência no contexto atual.

Notamos que a uma gama de sentimentos e emoções, expectativas e desilusões, que são vivenciadas por esses docentes no dia-a-dia, no "chão da escola", em especial, a sensação de desvalorização e descaso sentida pelos professores, em relação ao trabalho que desenvolvem no contexto escolar, para a sociedade de forma geral e principalmente frente ao poder público, está influenciando negativamente no grau de satisfação com a docência, e consequentemente colaborando para o processo de adoecimento mental. (BRITO *et al*., 2017, p. 172). A falta de reconhecimento faz com que os sujeitos/docentes percam o sentido do trabalho, o que pode desencadear descompensações psíquicas, sendo assim, o reconhecimento por parte dos alunos, colegas e trabalho em equipe se tornam fatores fundamentais para a superação do sofrimento e adoecimento" (BRITO *et al*., 2014).

De acordo com Brito, Prado e Nunes (2017) "Os professores dentro desse contexto de expropriação de seus direitos e desvalorização de sua carreira sentem-se angustiados, frustrados e insatisfeitos com a profissão". Essa angústia, frustração e desvalorização vivenciadas pelos docentes ocasionam outros sentimentos e emoções desagradáveis/desprazerosas/negativas (tristeza, impaciência, irritabilidade, arrependimento, etc.) que somados a insatisfação diária e constante em relação ao trabalho que desenvolvem, a longo prazo são capazes de levar esses profissionais ao adoecimento mental.

Continuando nossa análise sobre as implicações dos transtornos mentais e comportamentais na carreira docente, optamos por observar também quais seriam as expectativas, continuidade ou interrupção da carreira profissional e dos estudos (formação continuada) dos professores que foram acometidos pelo adoecimento mental, e dos docentes/participantes da pesquisa.

Sobre a possibilidade do abandono da carreira, Eugênio *et al*. (2017) observaram em seus estudos que para alguns docentes a desistência da docência e a saída da escola seriam a solução para os seus problemas. Corroborando com tal premissa, Araújo e Carvalho (2009) asseveram que a falta de entendimento sobre a relação entre adoecimento e trabalho, e a dificuldade em reconhecer o adoecimento podem gerar situações que irão prejudicar a saúde desses profissionais da Educação que, e, por conseguinte, ao abandono da profissão e carreira docente.

Quadro 3 - Expectativa dos 03 professores quanto a continuidade ou interrupção da carreira profissional docente e estudos (formação continuada)

Redes de ensino	Expectativa quanto à continuidade da carreira docente	Expectativa quanto à continuidade dos estudos (formação)
Professora Jade (rede municipal)	Não quer continuar com a carreira docente	Quer continuar estudando pós-graduação e outros
Professora Safira (rede estadual)	Quer continuar com a carreira docente	Quer continuar estudando pós-graduação e outros
Professor Âmbar (IF-Baiano)	Quer continuar com a carreira docente	Quer continuar estudando pós-graduação e outros

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos 03 professores, destacamos as falas da professora Jade que não pretende continuar com a carreira docente após sua aposentadoria, de acordo com ela: "não está valendo a pena. Sem feedback", entretanto, não pensa em desistir ou abandonar a docência nesse período da carreira (finalização), a mesma alega que "[...] pelo meu tempo de serviço, considero um pouco tarde para isso [...]". Apesar disso expõe seu desejo em continuar estudando.

A professora Jade encontra-se no período finalização (27 anos de docência), na verdade de acordo com a proposta das divisões de etapas/períodos da carreira docente traçadas por Ferreira (2014). Esta professora ultrapassou a quantidade de anos exercendo a docência, prevista para 25 anos para as mulheres. Como discutido pela referida autora, esta docente apresentou características de desencanto, saturação e desinvestimento com a profissão, almejando a aposentadoria da rede municipal.

A professora Safira mesmo sendo a que mais apresentou queixas/sintomas de adoecimento mental e físico (concomitantemente), que se ausentou por um período maior de tempo, inclusive com desvio de função, e descreveu ter apresentado mais de um tipo de transtorno mental e comportamental, afirmou que deseja continuar com a carreira profissional docente. Diferentemente da professora Jade, a professora Safira que também se encontra no período de finalização (21 anos de docência) ainda demonstra interesse pela carreira profissional docente. Segundo Ferreira (2014, p. 51) "[...] isso varia de pessoa para pessoa, e cada ser carrega em si histórias e experiências que vão permitir vivenciar cada etapa de maneira diferenciada [...]".

Quando indagado sobre suas pretensões com relação à continuidade ou não da carreira docente, mediante ao processo de adoecimento vivido por ele e ao trabalho que desenvolve, o professor Âmbar revelou que deseja permanecer na profissão, e dar continuidade à sua carreira profissional através da "[...] pesquisa, extensão, doutorado, atividades administrativas e melhorar as práticas pedagógicas".

O professor Âmbar encontra-se no período inicialização (05 anos de docência), fase da carreira permeada de expectativas, desilusões, entusiasmo, angústia e cansaço, é quando o docente se depara

com a realidade e seus problemas (FERREIRA, 2014). De acordo com Ferreira (2014) neste período os professores apresentam uma fragilidade emocional mais acentuada, podendo acontecer mudanças comportamentais, sociais e afetivas, estão mais suscetíveis ao mal-estar docente e ao abandono da profissão. Com relação a este docente, percebemos que apesar de ter sofrido com um transtorno mental e comportamental, ter se afastado temporariamente da docência, o mesmo tem sonhos, expectativas, almeja novas funções, atribuições e pretende dar continuidade também a sua formação continuada, e a sua carreira profissional e não cogitou a desistência da docência.

Em nosso estudo, baseado na descrição dos professores, omissão ou falta de esclarecimentos com relação a esse tipo de adoecimento, não foi possível identificar o abandono da docência, aposentadoria por invalidez; ou a ocorrência e identificação mais precisa dos transtornos mentais e comportamentais que acometem essa categoria de trabalhadores no município de Itapetinga-BA. Entretanto temos ciência de que a desistência da docência, o abandono da profissão é algo iminente frente a um quadro de adoecimento mental/transtornos mentais e comportamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Focando nos três professores que foram acometidos por transtornos mentais e comportamentais, observamos o quão sofrido foi enfrentar o processo de adoecimento mental. A não percepção ou a negação da doença; a vivência dos sintomas; a dificuldade do acesso a tratamentos especializados (no interior); preconceitos e estigmas vindos de colegas de trabalho e gestores; interferiram de forma direta e indireta no grau de satisfação com a profissão (docência), salário, nas e expectativas em relação à continuidade da carreira, ocasionando inclusive o afastamento de suas atividades laborais por até 02 anos e 05 meses, sendo que um desses docentes ainda estava em situação de readaptação funcional.

Mediante os dados analisados é possível afirmar que o adoecimento mental, especialmente quando evolui para um quadro de transtorno mental e comportamental, interfere no trabalho, no DPD. Referente a carreira observa-se rupturas, interrupções e (des)continuidades, ou seja, por um período de tempo esse professor deixa de investir em sua carreira profissional docente (fato observado nos 03 professores/participantes da pesquisa) para tratamento de saúde. Outras vezes é afastado e não retorna à sala de aula, passa a desempenhar outras funções, deixa de exercer a profissão escolhida a qual investiu tempo e formação específica, deixa de ser professor (temporariamente), como foi o caso da professora Safira (estado).

E quando retorna a docência pode perder o interesse e o entusiasmo. Continua a sentir-se desvalorizada, cansada, descontenta e decepcionada com o sistema e contexto educacional, não

desejando continuar com a carreira profissional docente após a aposentadoria, mesmo acreditando que ainda poderia fazer a diferença e querendo continuar com os estudos, como é o caso da professora Jade.

Também observamos que apesar do adoecimento mental; de ter sofrido com transtorno mental e comportamental, ter se ausentado de suas atividades laborais por um período; de toda a insatisfação com a docência frente ao contexto educacional no qual estão inseridos, ainda há aqueles, como é o caso do professor Âmbar, que sonham, tem planos; querem aprender, evoluir; expandir seu campo de atuação, estudos; e investir em sua carreira profissional docente; pois essa foi a profissão escolhida e a que desejam continuar.

Portanto, precisamos cuidar e investir em nossa saúde mental, estarmos atentos quanto aos sinais e sintomas de adoecimento mental, os quais podemos citar: tristeza, ansiedade, culpa, descontentamento, desesperança, apatia, desmotivação, desinteresse, choro excessivo, irritabilidade, isolamento social, mudanças de humor, dentre outros, pois os mesmos quando não diagnosticados e tratados devidamente podem provocar alterações na forma de perceber, sentir, pensar, agir, e se relacionar. É necessário que a sociedade de forma geral entenda a importância de discutirmos e abordamos assuntos relacionados à saúde mental, que compreenda e aceite que não é apenas a saúde física que importa. Nosso estado mental/psicológico comanda diversas funções, interferem em situações, acontecimentos e aspectos de nossas vidas.

REFERÊNCIAS

APA - American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5**. Porto Alegre: Editora Artemed, 2014.

APP SINDICATO - Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná. “Campanha: educar sim, adoecer jamais!” **APP Sindicato** [2018]. Disponível em: <www.appsindicato.org.br>. Acesso em: 22/02/2023.

ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. “Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos”. **Educação e Sociedade**, vol. 30, n. 107, 2009.

BRITO, J. *et al*. “Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 2, n 24, 2014.

BRITO, R. S. *et al*. “As condições de trabalho docente e o pósestado de bem-estar social”. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, vol. 10, n 23, 2017.

CASTRO, R. *et al*. “Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa como instrumento de avaliação diagnóstico da Saúde de servidores da Secretaria de Educação de Uberaba – MG”. **Temas em Educação e Saúde**, vol. 12, n. 1, 2014.

CNTE - Confederação Nacional De Trabalhadores Em Educação. "Transtornos emocionais são as principais causas de afastamento de professores". **CNTE na Mídia** [2017]. Disponível em: <www.cnte.org.br>. Acesso em: 17/01/2023.

CRUZ, L. M.; BARRETO, A. C. F.; FERREIRA, L. G. "Caminhos do desenvolvimento profissional docente na perspectiva freireana". **Com a Palavra o Professor**, vol. 5, n. 12, 2020.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2019.

EUGÊNIO, B. *et al*. "Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia". **Laplage em Revista**, vol. 3, n. 2, 2017.

FENAM - Federação Nacional Dos Médicos. "Dia Mundial da Saúde Mental: transtornos psíquicos estão entre as três principais causas de afastamento do trabalho no Brasil". **Portal FENAM** [2017]. Disponível em: <www.fenam.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FERREIRA, L. G. "Desenvolvimento profissional e carreira docente: diálogos sobre professores iniciantes". **Revista Acta Scientiarum**, vol. 39, 2017.

FERREIRA, L. G. "Desenvolvimento profissional docente: cotidiano e aprendizagem da docência de professores iniciantes". **Revista Internacional de Formação de Professores**, vol. 6, 2021.

FERREIRA, L. G. "Desenvolvimento Profissional Docente: percursos teóricos, perspectivas e (des)continuidades". **Educação em Perspectiva**, vol. 11, 2020.

FERREIRA, L. G. *et al*. "Trabalho docente: dificuldades e aprendizagens no desenvolvimento profissional de professoras iniciantes". *In*: FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. C. S. N. (orgs.). **Educação, subjetividade e trabalho docente**. Ilhéus: Editora Editus, 2021.

FERREIRA, L. G. **Professoras da zona rural em início de carreira**: narrativas de si e desenvolvimento profissional (Tese de Doutorado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2014.

FERREIRA, L. G.; ANUNCIATO, R. M. M. "Início da carreira docente: o que dizem as dissertações e teses brasileiras". **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, vol. 17, n. 50, 2020.

GASPARINE, S. M. *et al*. "O professor, as Condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde". **Educação e Pesquisa**, vol. 31, n. 2, 2005.

GIAMMEI, B.; POLLO, L. "Porque nossos professores estão adoecendo?" **R7 Estúdio** [2019]. Disponível em: <www.estudio.r7.com>. Acesso em: 25/01/2023.

GUEDES, D. S.; RANGEL, T. L. V. "Ensino remoto e o ofício do professor em tempos de pandemia". *In*: SENHORAS, E. M. (org.). **Ensino remoto e a pandemia de COVID-19**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

MARQUES, R. "O professor em trabalho remoto no contexto da pandemia da COVID-19". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 16, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Definição de Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <www.blog.saude.gov.br>. Acesso em: 20/01/2023.

OLIVEIRA, T. M.; FERREIRA, L. G. “Iniciação profissional de docentes da Educação Infantil: docência, aprendizagens e dificuldades”. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, vol. 6, 2020.

OMS - Organização Mundial De Saúde. “Relatório sobre a saúde no mundo, 2001 – saúde mental: nova concepção, nova esperança”. **Organização Mundial de Saúde** [2001]. Disponível em: <www.who.int>. Acesso em: 23/01/2023.

PORTO, L. A. *et al*. “Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores”. **Revista de Saúde Pública**, vol. 40, n. 5, 2006.

SANTOS, J. R.; FERREIRA, L. G. “Desenvolvimento profissional, vida e carreira: histórias de professores atingidos pelo mal-estar docente”. **Revista Educação e Emancipação**, vol. 9, n. 2, 2016.

SANTOS, J. R.; FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. C. S. N. “Professores iniciantes em situação de ausência de bem-estar: perspectivas sobre dilemas no desenvolvimento profissional”. **Revista Cocar**, n.8, 2020.

VAILLANT, D. “Formación inicial del profesorado de educación secundaria en América Latina-dilemas y desafíos”. **Profesorado. Revista de Curriculum y Formación de Profesorado**, vol. 23, n. 3, 2019.

VAILLANT, D. “La inserción del profesorado novel en América Latina: Hacía la integralidad de las políticas”. **Profesorado. Revista de Currículum y Formación de Profesorado**, vol. 25, n. 2, 2021.

VARGAS, C. S.; LORENZI JUNIOR, D. Afastamento do trabalho: o caso do magistério público em uma cidade da região central do Rio Grande do Sul. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 38, 2023.

XAVIER, C. F. L.; FERREIRA, L. G. “The difficulties faced by the teachers of child education in the beginning of career”. **Journal of Research and Knowledge Spreading**, vol. 1, n. 1, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 39| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima